

**Francisco Dirceu Barros  
Janiera Portela Leite Paes**

# **DIREITO ELEITORAL CRIMINAL**

**TOMO I**

**Direito Material**

**2ª Edição**

**Revista e Atualizada de acordo com a Lei 13.964/2019  
(Pacote Anticrime) e com as Resoluções TSE/Eleições 2020**

Curitiba  
Juruá Editora  
2020

# SUMÁRIO

---

ABREVIATURAS.....	21
-------------------	----

## Parte I

### Direito Penal Eleitoral – Parte Geral

Capítulo I – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS AO ESTUDO DO DIREITO PENAL ELEITORAL .....	27
--	----

1	Noções Introdutórias ao Estudo do Direito Penal Eleitoral .....	27
1.1	Conceito de Direito Penal Eleitoral .....	28
1.2	Direito Penal Eleitoral Objetivo e Direito Penal Eleitoral Subjetivo .....	28
1.3	Direito Penal Eleitoral como norma especial .....	28
1.4	Direito Penal Eleitoral Substantivo e Direito Penal Eleitoral Adjetivo .....	29
1.5	Características da Lei Penal Eleitoral .....	30
1.6	Fontes do Direito Penal Eleitoral .....	30
1.7	Conceito de Lei .....	31
1.8	Iniciativa de Leis em Matéria Penal Eleitoral.....	32
1.9	Lei Penal Eleitoral em <i>Vacatio Legis</i> .....	32

Capítulo II – OS PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL ELEITORAL .....	33
--	----

2	Os Princípios do Direito Penal Eleitoral .....	33
2.1	Princípio da anterioridade .....	33
2.2	Princípio da reserva legal ou legalidade em sentido estrito.....	34
2.3	Princípio da proibição da analogia <i>in malam partem</i> .....	36
2.4	Princípio da irretroatividade da lei penal eleitoral mais severa.....	36
2.5	Princípio da intervenção mínima.....	37

2.5.1	Princípio da subsidiariedade ou da <i>ultima ratio</i> do Direito Penal Eleitoral .....	38
2.5.2	Princípio da fragmentariedade.....	39
2.6	Princípio da culpabilidade. <i>Nullum crimen sine culpa</i> .....	39
2.7	Princípio da não culpabilidade antecipada .....	39
2.7.1	O princípio da não culpabilidade antecipada <i>versus</i> o princípio da vida progressa proba.....	41
2.8	Princípio da igualdade ou isonomia.....	50
2.9	Princípio do <i>non bis in idem</i> .....	50
2.10	Princípio da adequação social.....	51
2.11	Princípio <i>in dubio pro reo</i> .....	51
2.12	Princípio <i>in dubio pro societate</i> .....	52
2.13	Princípio de taxatividade .....	53
2.14	Princípio da tipicidade .....	53
2.15	Princípio da desmaterialização ou liquefação dos bens jurídicos no direito penal eleitoral .....	54
2.16	Princípio da necessidade concreta da pena .....	55
2.17	Princípio da individualização da pena .....	55
2.18	Princípio da vedação à responsabilidade por fato de outrem (ou responsabilidade penal personalíssima) .....	56
2.19	Princípio da responsabilidade subjetiva.....	56
<b>Capítulo III – APLICAÇÃO DA LEI PENAL ELEITORAL.....</b>		<b>59</b>
3	Aplicação da Lei Penal Eleitoral.....	59
3.1	Considerações iniciais .....	59
3.2	O fundamento científico do princípio da legalidade em sentido estrito .....	60
3.3	Da analogia eleitoral.....	61
3.4	A lei penal eleitoral mais benigna .....	62
3.5	A validade temporal da lei penal eleitoral .....	62
3.6	Da irretroatividade e retroatividade.....	63
3.7	Da ultra-atividade .....	64
3.8	Da <i>abolitio criminis eleitoral</i> .....	64
3.9	A lei eleitoral intermitente.....	65
3.9.1	Divisão das leis eleitorais intermitentes .....	66
3.9.2	Característica das leis intermitentes .....	66
3.10	Da sucessividade das leis penais no tempo.....	66
3.11	Extra-atividade da lei mais favorável .....	68
3.12	Competência para aplicação da <i>lex mitior</i> .....	68
3.13	Do tempo do crime eleitoral .....	69

3.13.1	Teorias do tempo do crime eleitoral.....	69
3.13.2	Tempo do crime eleitoral e os reflexos nos diversos tipos de crimes .....	69
3.14	Do Lugar do Crime.....	70
3.14.1	A teoria da ubiquidade .....	70
3.14.2	O crime a distância e o crime plurilocal.....	71
3.14.3	A contagem do prazo penal eleitoral.....	72
3.14.4	Das frações não computáveis da pena.....	72
<b>Capítulo IV – DAS IMUNIDADES.....</b>		<b>73</b>
4	Da imunidade diplomática.....	73
4.1	Imunidade parlamentar material ou penal eleitoral (imunidade parlamentar absoluta).....	74
4.2	Espécies de imunidades parlamentares.....	75
4.3	Características da imunidade substantiva ou material eleitoral.....	75
4.4	A imunidade parlamentar formal ou processual penal eleitoral (imunidade parlamentar relativa) .....	77
4.5	Características da imunidade processual eleitoral .....	79
4.6	Outras imunidades.....	80
4.7	Extraterritorialidade decorrente de imunidades pessoais.....	83
4.8	Imunidade do chefe de Estado.....	84
<b>Capítulo V – TEORIA GERAL DO CRIME.....</b>		<b>85</b>
5	Da Consumação e da Tentativa .....	85
5.1	Do crime consumado.....	85
5.1.1	A consumação e o exaurimento dos crimes eleitorais.....	85
5.2	Crime de consumação provocada ou de flagrante preparado.....	86
5.3	Da tentativa .....	86
5.3.1	Elementos da tentativa.....	87
5.3.2	Fundamento da punibilidade da tentativa.....	87
5.3.3	Tentativa perfeita e imperfeita .....	89
5.3.4	Dolo e culpa na tentativa.....	90
6	Da Desistência Voluntária e do Arrependimento Eficaz .....	90
6.1	Desistência voluntária .....	90
6.2	A Desistência momentânea .....	91
6.3	Arrependimento eficaz.....	91

6.4	A natureza jurídica do arrependimento e da desistência voluntária.....	92
6.5	Do arrependimento posterior.....	92
6.5.1	Requisitos do arrependimento posterior.....	93
6.5.2	Redução da pena.....	93
7	Do Crime Impossível.....	94
8	Do Crime Doloso.....	95
8.1	Elementos do dolo.....	95
8.2	Espécies de dolo.....	95
8.3	A Posição do dolo.....	98
8.4	Características do dolo.....	98
8.5	A congruência dos elementos subjetivos.....	99
8.6	Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau.....	99
8.7	As teorias que explicam o crime doloso.....	100
8.8	Do crime culposo.....	100
9	Do Erro de Tipo.....	101
9.1	Formas de erro de tipo.....	101
9.2	Os efeitos do erro de tipo.....	102
9.3	Descriminantes putativas (também chamado erro permissivo).....	103
9.3.1	Divisão das discriminações putativas.....	103
9.3.2	Erro provocado por terceiro.....	104
9.3.3	Erro acidental.....	105
10	O Erro de Proibição.....	105
10.1	Erro sobre a ilicitude do fato.....	105
10.2	Formas do erro de proibição.....	106
10.3	As consequências do erro de proibição.....	107
10.4	Erro de tipo e erro de proibição.....	107
10.5	Espécies de erro de proibição.....	108
10.6	Erro de mandamento ou mandamental.....	108

## **Capítulo VI – DA EXCLUSÃO DE ILICITUDE..... 111**

11	Da Exclusão de Ilicitude.....	111
11.1	Do estrito cumprimento do dever legal.....	111
11.1.1	Fundamento do estrito cumprimento do dever legal (princípio do interesse preponderante).....	112
11.2	Exercício Regular de Direito.....	112

11.2.1	Diferenças entre estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito .....	113
11.3	Do estado de necessidade .....	113
11.3.1	Caracterização do estado de necessidade .....	114
11.3.2	Requisitos do estado de necessidade .....	114
11.4	Teorias do estado de necessidade .....	115
11.5	Da legítima defesa .....	116
11.6	Excesso nas excludentes da ilicitude .....	119
<b>Capítulo VII – DA INIMPUTABILIDADE PENAL ABSOLUTA.....</b>		<b>121</b>
12	Da Inimputabilidade Penal Absoluta .....	121
12.1	Principais sistemas para definição da capacidade penal .....	121
12.2	Requisitos da inimputabilidade segundo o sistema biopsicológico .....	122
12.2.1	O sistema adotado para o menor de 18 anos .....	122
12.3	Ato infracional eleitoral cometido por adolescente .....	123
<b>Capítulo VIII – DO CONCURSO DE PESSOAS.....</b>		<b>125</b>
13	Do Concurso de Pessoas .....	125
13.1	Tipos de concursos .....	125
13.2	Teorias do concurso de agentes .....	126
13.3	Requisitos do concurso de agentes .....	126
14	Da Autoria.....	127
14.1	Teorias usadas para definir a autoria .....	127
14.2	As espécies de autoria .....	128
14.3	Punição na autoria mediata.....	129
14.4	Autoria mediata em crimes de mão própria.....	129
14.5	Autoria mediata em crimes próprios .....	129
14.6	Autoria colateral ou imprópria .....	129
14.7	Autoria incerta.....	129
14.8	Autoria sucessiva heterogênea e homogênea .....	130
14.9	Autoria ignorada.....	130
14.10	Autoria por convicção .....	130
14.11	A teoria do domínio do fato .....	131
14.11.1	Espécies de autoria, segundo a teoria do domínio do fato .....	131
14.12	Código Penal brasileiro e a teoria do domínio do fato .....	132
14.13	A teoria do domínio do fato e os crimes omissivos.....	132
15	Coautoria.....	133

15.1	A forma de punição na coautoria sucessiva.....	134
16	Participação.....	134
16.1	Tipos de participação.....	135
16.2	Teorias sobre a participação.....	135
16.3	A omissão e o concurso de crimes.....	136
16.4	Participação em crime omissivo.....	136
16.4.1	Participação omissiva.....	136
16.5	O tipo penal e a quantidade de sujeitos ativos.....	136
16.6	A participação na tentativa, na desistência voluntária e no arrependimento eficaz.....	137
16.7	As soluções do arrependimento e da desistência voluntária no concurso de pessoas.....	137
16.8	Punição no concurso de pessoas.....	138
<b>Capítulo IX – DAS ESPÉCIES DE PENA .....</b>		<b>141</b>
17	Das Espécies de Pena.....	141
17.1	A sanção penal.....	141
17.1.1	As espécies de penas eleitorais.....	141
17.1.2	A pena mínima no direito eleitoral.....	143
17.2	Conceito de pena.....	143
17.3	Princípios das penas.....	143
17.4	Classificação das penas.....	144
17.5	Cominação das penas.....	145
17.6	A pena <i>versus</i> a medida de segurança.....	146
17.7	As penas proibidas.....	146
17.8	As principais teorias que fundamentam a finalidade das penas.....	147
17.9	Os tipos de estabelecimentos penais.....	148
17.10	Penas privativas de liberdade.....	149
17.11	Progressão e regressão de regime.....	151
17.11.1	Progressão.....	151
17.11.2	A forma de progressão das penas privativas de liberdade.....	151
17.11.3	Regressão.....	153
17.12	A distinção entre reclusão e detenção.....	153
17.13	As regras do regime fechado.....	154
17.14	As regras do regime semiaberto.....	154
17.15	As regras do regime aberto.....	155
17.16	O regime especial.....	155

---

18	Dos Direitos Do Preso.....	156
18.1	A Remição da Pena .....	156
19	Os deveres do preso .....	158
19.1	A Superveniência de Doença Mental .....	159
19.2	Da Detração Penal .....	159
19.3	Detração na Medida de Segurança .....	160
20	Das Penas Restritivas de Direitos.....	160
20.1	As Penas Alternativas.....	161
20.1.1	Pena restritiva de direito vinculada .....	162
20.2	Inadmissibilidade da Escolha da Espécie de Pena Alternativa Pelo Réu .....	162
20.3	Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas .....	163
20.4	Substituição das Penas Privativas de Liberdade.....	163
20.4.1	Como o juiz eleitoral deve fazer a substituição ....	164
20.4.2	Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito durante o cumprimento da pena .....	165
20.5	Prestação Pecuniária.....	165
20.5.1	Prestação pecuniária <i>versus</i> pena de multa.....	166
20.6	Perda de bens ou valores .....	167
20.7	A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas .....	168
21	Interdição temporária de direitos.....	168
21.1	Cargo, função, atividade pública e mandato eletivo.....	169
21.2	Limitação de fim de semana.....	170
22	Da Pena de Multa .....	170
22.1	Noções sobre o cálculo do valor da multa .....	171
22.2	Cumulação com as penas privativas de liberdade: regra e exceções .....	172
22.3	Da Conversão da multa e revogação .....	173
22.4	As consequências da pena de multa, em face da Lei 9.268/1996.....	173
22.5	A pena de multa e o princípio da insignificância .....	174
22.6	Suspensão da execução da multa.....	174
23	Da Aplicação da Pena .....	174
23.1	Aplicação das circunstâncias judiciais (1ª Fase) .....	175
23.2	Circunstâncias atenuantes e agravantes (2ª Fase).....	178

23.3	Aplicação das causas de aumento e de diminuição de pena (3ª Fase) .....	180
23.4	Outras providências na fixação da pena .....	181
23.5	Aplicação da pena em concurso de crimes .....	182
23.6	A multa substitutiva.....	183
23.7	Das circunstâncias agravantes .....	184
23.8	A pena será ainda agravada em relação ao agente.....	187
24	Da reincidência.....	188
24.1	Espécies de reincidência.....	189
24.2	A constitucionalidade da reincidência.....	189
24.3	Outros efeitos da reincidência .....	190
24.4	A reincidência e os crimes militares próprios e os políticos .....	191
24.5	Outras hipóteses que não geram reincidência.....	193
24.6	A eficácia da reincidência.....	194
25	Das Circunstâncias Atenuantes .....	194
25.1	Das circunstâncias atenuantes inominadas .....	197
25.2	Concurso de agravantes e atenuantes .....	198
26	Do Concurso de Crimes .....	199
26.1	Espécies de concursos .....	199
26.2	Sistemas de cálculo de pena no concurso de crimes.....	199
26.3	Do concurso real (ou material).....	200
26.4	Do concurso ideal ou formal .....	201
26.4.1	Espécies de concurso formal .....	202
26.5	Do concurso fictício .....	202
26.5.1	Os requisitos do concurso fictício ou crime continuado .....	203
26.5.2	A natureza jurídica do concurso fictício ou crime continuado .....	204
26.5.3	As espécies de concurso fictício ou crime continuado .....	204
26.5.4	As teorias do conceito de concurso fictício ou crime continuado .....	205
26.6	Concurso fictício qualificado ou crime continuado especial.....	206
26.7	Crimes da mesma espécie.....	206
26.8	O concurso de crimes e o juiz eleitoral do especial eleitoral.....	207
26.9	Crime continuado x crime permanente x crime habitual ...	207

26.10	Multas no concurso de crimes .....	208
27	O Erro na Execução .....	210
27.1	Resultado diverso do pretendido .....	210
27.2	Diferença entre <i>aberratio ictus</i> e <i>aberratio delicti</i> .....	210
27.3	O limite das penas .....	211
27.4	A execução das penas no concurso de infrações .....	212
27.5	Avaliação da gravidade das penas .....	212
<b>Capítulo X –</b>	<b>DO Sursis PENAL ELEITORAL E DO</b>	
	<b>LIVRAMENTO CONDICIONAL ELEITORAL.....</b>	<b>215</b>
28	Da Suspensão Condicional da Pena ( <i>Sursis</i> Penal) .....	215
28.1	As Espécies de <i>Sursis</i> .....	215
28.2	Do Período de Prova.....	217
28.3	Condições Legais do <i>Sursis</i> .....	219
28.4	Penas que não Comportam a Aplicação do <i>Sursis</i> .....	220
28.5	Revogação Obrigatória.....	220
28.6	Revogação Facultativa .....	221
28.7	As Consequências da Revogação .....	221
28.8	A Revogação Automática.....	222
28.9	Prorrogação do Período de Prova .....	222
29	Do Livramento Condicional Eleitoral .....	223
29.1	Requisitos do livramento condicional eleitoral .....	224
29.2	Os efeitos do livramento condicional eleitoral .....	225
29.3	Especificação das Condições do livramento condicional eleitoral.....	226
29.4	A revogação do livramento condicional.....	226
29.5	As causas da revogação podem ser .....	227
29.6	Revogação facultativa do livramento .....	227
29.7	Efeitos da revogação do livramento condicional.....	228
29.8	Da extinção do livramento condicional .....	229
<b>Capítulo XI –</b>	<b>DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....</b>	<b>231</b>
30	Dos Efeitos da Condenação (Arts. 91 e 92) .....	231
30.1	Dos efeitos genéricos.....	231
30.1.1	Considerações gerais sobre os efeitos da condenação criminal e a suspensão dos direitos políticos (ficha limpa) .....	233
30.1.2	A condenação criminal com trânsito em julgado e a suspensão dos direitos políticos .....	235

30.1.3	Diferença entre suspensão dos direitos políticos por condenação criminal transitada em julgado e inelegibilidade legal em face de condenação criminal por determinadas infrações penais .....	236
30.2	Efeitos secundários extrapenais específicos, conforme art. 92 do código penal .....	236
31	Da Redenção Social (Arts. 93 a 95) .....	237
31.1	Das condições da reabilitação.....	238
31.2	Efeitos da revogação.....	240
31.3	Revogação da redenção social.....	241
31.4	Competência e recurso .....	242
<b>Capítulo XII – DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....</b>		<b>243</b>
32	Das Medidas de Segurança (Arts. 96 a 99) .....	243
32.1	Espécies de medidas de segurança .....	243
32.2	Pressupostos da medida de segurança .....	244
32.3	Prazo da medida .....	244
32.4	Diferenças entre pena e medida de segurança .....	244
32.5	Possibilidade de contratação de médico particular .....	245
32.6	Da desinternação ou liberação condicional .....	246
32.7	Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável .....	246
32.8	Os Direitos do internado.....	246
<b>Capítulo XIII – DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....</b>		<b>249</b>
33	Da Extinção da Punibilidade (Arts. 107 A 120).....	249
33.1	Condição objetiva de punibilidade .....	249
33.2	Condição negativa de punibilidade (escusa absolutória) ...	249
33.3	Condição de procedibilidade .....	250
33.4	Causas gerais e específicas.....	250
33.5	Causas de extinção da punibilidade.....	250
33.6	Anistia, graça ou indulto.....	251
33.6.1	Anistia .....	251
33.6.2	Efeitos.....	252
33.6.3	As formas de anistia .....	253
33.6.4	Graça e indulto .....	253
33.6.5	O indulto coletivo.....	255
34	A Prescrição Penal Eleitoral.....	257
34.1	Prescrição da pretensão punitiva .....	257

34.2	Divisão da prescrição .....	258
34.3	Os fundamentos da prescrição.....	258
34.4	Natureza jurídica da prescrição .....	259
34.5	Prescrição da pretensão punitiva “propriamente dita” (ou prescrição abstrata) .....	260
34.6	Os requisitos são.....	260
34.7	Observações importantes.....	261
34.8	Efeitos da prescrição supervenientes à sentença .....	261
34.9	Prescrição da pretensão punitiva retroativa .....	262
34.9.1	Prescrição retroativa na persecução penal judicial.....	262
34.9.2	Prescrição retroativa na persecução penal extrajudicial (período compreendido entre a data do fato até recebimento da denúncia) .....	262
34.9.2.1	Prescrição retroativa global .....	263
34.9.3	Decretação da prescrição retroativa em 1º grau de jurisdição.....	263
34.10	Prescrição virtual (projetada, antecipada ou retroativa em perspectiva) .....	263
34.11	Prescrição da pretensão executória.....	264
34.12	Termo inicial da prescrição antes de transitar em julgado a sentença final .....	265
34.13	Termo inicial da prescrição após sentença condenatória irrecorrível.....	266
34.14	Prescrição no caso de evasão do condenado ou da revogação do livramento condicional.....	267
34.15	Prescrição da multa .....	267
34.16	Redução dos prazos de prescrição .....	269
34.17	Causas impeditivas da prescrição .....	269
34.18	Causas interruptivas da prescrição .....	271
34.19	A prescrição das penas leves .....	273
34.20	Prescrição das penas restritivas de direito .....	273
34.21	A prescrição no concurso de crimes.....	273
34.22	Causas extintivas da punibilidade que não geram reincidência .....	274
34.23	Causa extintiva da punibilidade que gera reincidência.....	274
35	Decadência .....	274
36	Da Perempção .....	276
37	Extinção da Punibilidade pelo Perdão Judicial.....	276

37.1	O Cabimento do Perdão Judicial .....	276
37.2	A Natureza Jurídica do Perdão Judicial.....	277

## Parte II

### Direito Penal Eleitoral – Parte Especial

<b>Capítulo XIV – DO CRIME: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO GERAL.....</b>	<b>281</b>
1 Do Crime.....	281
1.1 Noções preliminares.....	281
1.2 Conceito de crime.....	282
1.3 Natureza jurídica do crime eleitoral .....	284
1.4 Como identificar um crime eleitoral.....	285
2 Classificação dos Crimes Eleitorais .....	286
2.1 Crimes eleitorais que não admitem tentativa.....	291
3 Classificação dos crimes eleitorais quanto ao objeto jurídico .....	292
<b>Capítulo XV – DOS CRIMES ELEITORAIS EM ESPÉCIE .....</b>	<b>295</b>
4 Dos Crimes Eleitorais em Espécie .....	295
4.1 Crimes previstos no código eleitoral .....	295
4.2 Crimes previstos na Lei 9.504/1997 (Lei das Eleições) ....	427
4.3 Crimes previstos na Lei 6.091/1974.....	442
4.4 Crimes eleitorais na Lei 6.996/1982.....	446
4.4.1 Crimes eleitorais na lei das inelegibilidades.....	446
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>451</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>457</b>